

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.310 - CE (2019/0355699-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **ADERSON CAVALCANTE BORGES FILHO (PRESO)**
ADVOGADOS : **MANOEL ABILIO LOPES - CE029431**
 JOAQUIM LEANDRO CESARIO SOUSA - CE031337
 IVES NAHAMA GOMES DOS SANTOS - CE039590
 SANDRA ISABEL DE FREITAS E DIAS - CE032622
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar, interposto por ADERSON CAVALCANTE BORGES FILHO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará que denegou o *writ* pleiteado naquela instância, nos Autos de n. 0626565-46.2019.8.06.0000 (e-STJ fl. 157):

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PLEITO DE JUNTADA DA ÍNTEGRA DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS. .Z. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTOS APTOS AO EXERCÍCIO DA DEFESA. INOCORRÊNCIA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO o DE PLANO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Busca o impetrante o reconhecimento de ilegalidade pertinente a ato praticado pelo d. Juízo da Vara de Organizações Criminosas de Fortaleza, consubstanciado no indeferimento da reabertura do a_ prazo para a apresentação da resposta à acusação, sob o argumento de que a totalidade das provas que embasaram a denúncia não se encontravam disponíveis à defesa do acusado. 2.

Não se vislumbra flagrante ilegalidade no indeferimento da diligência em comento, eis que, como asseverado pelo d. Magistrado da causa, a ausência temporária de documentos não o impede o exercício da ampla defesa. Outrossim, foi requisitado ao d. Juízo da Comarca de Cascavel cópia integral do processo que ali tramita e que contém o procedimento investigativo originário o qual, desmembrado, deu origem a ação em trâmite na Vara de Organizações Criminosas de Fortaleza, e que conteriam as informações requestadas pela defesa do paciente/acusado. 3. Eventual ausência de

documento/prova anunciada na inicial, o não implica necessariamente no alegado cerceamento de defesa sustentado pelo impetrante, e ,3; apto a ensejar extensa declaração da nulidade. 4. A contradição ante as informações prestadas o, pelo juízo e a pretensão contida no writ, não revela, extreme de dúvidas, a existência de óbice E ao exercício da ampla defesa, sentido -se a ausência na vestibular, prova pré constituída que sinalize obstáculo intransponível ao exercício da defesa. "Nenhum ato será declarado nulo, se a nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa" (Art.563 do CPP). 5.Ordem conhecida e denegada.

Da leitura dos autos, infere-se que o recorrente foi denunciado pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 2º, *caput*, da Lei n. 12.850/2013, arts. 33, c/c o 40, VI, e 35 da Lei n. 11.343/2006 e art. 1º e § 4º da Lei n. 9.613/1998.

No presente recurso ordinário, renovando-se os fundamentos da impetração originária, sustenta a defesa que "o Paciente fora impedido de ter acesso as provas em sua totalidade, sendo impedido de contraditar e provar suas alegações; estando o paciente com o direito de defesa manifestamente prejudicado." (e-STJ fl. 175).

Alega que "antes que fosse exigido desta defesa o protocolo da resposta à acusação dos crimes elencados na denúncia, se fazia estritamente o necessário que se juntasse aos autos, todas as provas, áudios, gravações, documentos, por completo, que foram utilizados para formular a representação e, por conseguinte a denúncia, pois conforme mencionado há, em nosso ordenamento jurídico a impossibilidade de se acusar lastreando-se em semi -provas - transcrições de áudios SEM OS ORIGINAIS -, tal qual o caso em tela, que não se tem uma prova - os áudios E o originais - , mas tão somente uma semi-prova." (e-STJ fl. 183).

Requer, liminarmente, a suspensão da ação penal na origem, até o julgamento do presente recurso. No mérito, pleiteia seja reconhecido o cerceamento de defesa praticado contra o recorrente.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como a liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso dos autos, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, em uma análise perfunctória, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal,

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Com cópia do recurso ordinário, solicitem-se informações ao Juízo de origem.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator